

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº LISBOA – 59 – 2018 - 39

CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS

LABORATÓRIOS COLABORATIVOS (COLAB)

DOMÍNIO TEMÁTICO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO - FSE

14 de dezembro de 2018

Índice

1. Objetivos e prioridades visadas	4
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura.....	5
3. Natureza dos beneficiários	5
4. Área geográfica de aplicação	6
5. Âmbito Setorial	6
6. Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projetos.....	6
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas	8
8. Critérios de seleção das candidaturas	9
9. Duração dos projetos	10
10. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	10
11. Forma, limites e pagamento dos apoios.....	11
12. Procedimentos para apresentação das candidaturas	12
13. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	14
14. Aceitação da decisão	15
15. Dotação indicativa do fundo a conceder	15
16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado.....	15
17. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários	16
18. Programas Operacionais financiadores	16
19. Informação e pontos de contacto	16
Anexo A Referencial de mérito.....	18
Anexo B Domínios Prioritários da Estratégia Regional de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3).....	24
Anexo C Lista de CoLab e respetivos limites de investimento.....	25

O presente convite foi elaborado nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(RG FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e das disposições fixadas pelo Regulamento que estabelece as Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela [Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março](#), alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril e n.º 19/2018, de 17 de janeiro.

No âmbito do Programa Nacional de Reformas (PNR) e do Programa Interface está previsto o processo de constituição e operacionalização dos Laboratórios Colaborativos.

O principal desafio a que os CoLAB devem responder é o da densificação efetiva do território nacional em termos de atividades baseadas em conhecimento, através de uma crescente institucionalização de formas de colaboração entre instituições de ciência, tecnologia e ensino superior e o tecido económico e social, designadamente as empresas, o sistema hospitalar e de saúde, as instituições de cultura e as organizações sociais. Os CoLAB devem, assim, consolidar e promover a capacidade e o potencial que as comunidades científicas, académicas e empresariais apresentam para fazer face à oportunidade de relacionar o conhecimento com o bem-estar e o desenvolvimento social e económico em Portugal.

Desta forma, os Laboratórios Colaborativos devem reforçar a atual estrutura de centros de interface tecnológica e outras instituições intermediárias em Portugal, diversificando e complementando a estrutura existente e a atuação das unidades de I&D e dos Laboratórios Associados, tendo por objetivo estimular a participação ativa do sistema científico e académico na compreensão e na resolução de problemas complexos e de grande dimensão, geralmente não suscetíveis de ser resolvidos no âmbito de uma única vertente disciplinar, científica, tecnológica ou institucional. Implicam a coordenação de escalas diferentes e uma intervenção empresarial, social e cultural com vista à implementação de soluções efetivas e com impacto socioeconómico. Os Laboratórios Colaborativos têm, assim, uma atuação complementar e suplementar à das unidades de I&D, incluindo Laboratórios Associados.

O Regulamento n.º 486-A/2017, de 12 de setembro, corrigido pela Declaração de Retificação n.º 662/2017, de 29 de setembro, estabelece as regras do procedimento de atribuição do título e designação de Laboratório Colaborativo adiante designado por «CoLAB».

Nos termos do mesmo Regulamento, por CoLAB entende-se a associação privada sem fins lucrativos ou empresa, já criada ou a criar, constituída por empresas, unidades de investigação, laboratórios associados, instituições de ensino superior, centros de interface

tecnológica e outras instituições intermédias, centros tecnológicos, associações empresariais e outros parceiros relevantes do tecido produtivo, social ou cultural, nacionais ou internacionais, como instituições científicas, laboratórios do Estado, autarquias e instituições associadas a organizações locais, unidades hospitalares e de prestação de cuidados de saúde, museus, arquivos, ou instituições sociais (considerados como entidades participantes).

Após avaliação das candidaturas e consequente atribuição do título de "Laboratório Colaborativo" (CoLAB), segue-se a fase de financiamento através da abertura de concursos específicos para apoiar as atividades e projetos dos "Laboratório Colaborativos" no âmbito do Programa Portugal 2020 ou de outros programas que possam apoiar as atividades propostas.

É precisamente neste contexto que surge o presente Convite, constituindo-se como uma oportunidade de financiamento das atividades e projetos dos "CoLab" através do apoio à Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados.

O financiamento público de outras categorias de custos necessárias ao funcionamento dos CoLAB, designadamente, das despesas de funcionamento de base, serão objeto de apoio por mecanismos complementares a assegurar pela Fundação de Ciência e Tecnologia, com base em recursos financeiros próprios fora do âmbito do presente convite.

1. Objetivos e prioridades visadas

Pretende-se que os CoLAB reforcem a estrutura dos centros de interface tecnológica e outras instituições intermediárias em Portugal, diversificando e complementando a estrutura existente que estimule a participação ativa do sistema científico e académico na compreensão e resolução de novos problemas complexos e de grande dimensão, de forma eficiente, não suscetíveis de serem resolvidos no âmbito de uma única vertente disciplinar, científica, tecnológica ou institucional.

Tendo em conta esta finalidade, o presente convite visa apoiar a instalação de competências nucleares nos referidos laboratórios, através do apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, dotados de grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 6 (licenciados, mestres e doutorados) nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, para o desenvolvimento de atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios sociais.

As competências nucleares e os perfis dos recursos humanos altamente qualificados a contratar têm de estar devidamente identificados em candidatura através do plano de atividades a desenvolver pelo CoLAB como forma de aquisição de massa crítica e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação empresarial.

As candidaturas devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos da Prioridade de Investimento 8.5, evidenciando, mais concretamente, o contributo esperado com a contratação de recursos humanos altamente qualificados para o desenvolvimento de atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios sociais.

Neste contexto, as operações a financiar devem estar preferencialmente alinhadas com a estratégia de I&I para uma especialização inteligente (RIS3 regional).

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

São suscetíveis de apoio os projetos individuais de entidades com título e designação de CoLab que concorram para o incremento de recursos humanos altamente qualificados, associados às respetivas estratégias de transferência de conhecimento e inovação, através da Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados.

A contratação dos Recursos Humanos deverá assumir a figura de Contrato Individual de Trabalho, não sendo consideradas elegíveis outras formas de afetação de Recursos Humanos.

Ao abrigo do presente Convite cada entidade candidata apenas poderá apresentar uma candidatura a cada Programa Operacional financiador, não sendo admitidas candidaturas em parceria.

3. Natureza dos beneficiários

Os beneficiários dos apoios previstos no presente convite são os Laboratórios Colaborativos, adiante designados de CoLAB, legalmente constituídos nos termos do previsto no artigo 10º do Regulamento nº 486-A/2017, publicado no DR nº 176, II Série, de 12 de setembro de 2017, que constam do anexo C ao presente convite

4. Área geográfica de aplicação

O presente convite tem aplicação em todas as regiões NUTS II do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), não podendo cada projeto apresentar mais do que uma localização regional.

A elegibilidade territorial do projeto é aferida pela localização da sede ou do polo do CoLab com estrutura física e atividade regular no qual será(ão) criado(s) o(s) posto(s) de trabalho.

Neste contexto, cada beneficiário poderá apresentar mais do que uma candidatura, em função da localização da sede e/ ou dos polos onde o projeto decorre.

As operações são apoiadas pelo PO financiador que abrange a área territorial do projeto.

5. Âmbito Setorial

São enquadráveis projetos inseridos em todas as atividades económicas, com especial incidência para aquelas que visam a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis ou contribuam para a cadeia de valor dos mesmos.

Estão excluídos deste concurso os projetos que incidam nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro - CAE Rev.3):

- a) Financeiras e de seguros - divisões 64 a 66;
- b) Defesa - subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta - divisão 92.

6. Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projetos

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários, previstos nos artigos 13.º e 14.º do RG FEEI, na sua atual redação, e na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, as entidades candidatas devem deter título e designação de Laboratório Colaborativo (CoLab), devendo os projetos respeitar os seguintes requisitos:

- a) Contribuir para os objetivos e a prioridade de investimento enunciados no Ponto 1 do Convite;
- b) Os recursos humanos a contratar devem ser titulares de um grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 6 (licenciados, mestres e doutorados), nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho;
- c) O grau académico dos recursos humanos a contratar deve ter sido obtido em instituições do ensino superior portuguesas ou instituições do ensino superior estrangeiras, desde que tenha sido reconhecido nos termos legais aplicáveis
- d) Quando estejam em causa licenciados e mestres, para além do grau académico, deverá ser evidenciada especialização profissional específica relevante para a área de contratação, no contexto empresarial ou regional em que a entidade contratante se insere;
- e) A relação entre as competências nucleares e os perfis dos recursos humanos altamente qualificados a contratar deve estar devidamente identificada em candidatura através do plano de atividades aprovado e a desenvolver pelo CoLAB;
- f) Devem ainda ser identificados objetivamente os resultados esperados das atividades a desenvolver pelo CoLAB, nomeadamente nas atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios societais;
- g) Respeitar a duração máxima definida no ponto 9 deste convite;
- h) Ter por base a existência de contrato individual de trabalho entre o trabalhador e o beneficiário, com a duração mínima de 24 meses;
- i) Os contratos individuais de trabalho, objeto de apoio, deverão ser celebrados especificamente para efeitos de desenvolvimento do CoLAB e respeitar o regime de exclusividade de funções, considerando-se que a prestação de serviço docente em estabelecimentos de ensino até um máximo de quatro horas por semana não constitui violação do regime de exclusividade;
- j) A contratação de Recursos Humanos no âmbito do projeto determina a impossibilidade de imputar encargos com as respetivas remunerações no âmbito de quaisquer outros projetos;

- k) As contratações não podem corresponder a postos de trabalho de gerentes, administradores e/ou sócios/acionistas da entidade beneficiária;
- l) Registrar-se uma criação líquida de postos de trabalho, ao nível dos recursos humanos altamente qualificados de nível igual ou superior a 6;
- m) O beneficiário deve comprometer-se a manter na entidade, durante todo o prazo de execução da operação, os postos de trabalho apoiados no âmbito do projeto, podendo os quadros técnicos contratados ser substituídos, desde que por outros com qualificações e funções equivalentes, devendo ser fundamentado em candidatura a sustentabilidade dos postos de trabalho apoiados.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

7.1. Despesas elegíveis

São elegíveis os custos salariais com a contratação de recursos humanos altamente qualificados, pelo período máximo de 36 meses, estabelecendo-se, para efeitos de comparticipação FSE no âmbito do presente convite, os seguintes valores máximos do respetivo salário base mensal:

- (i) Recursos humanos com nível de qualificação 6 (licenciatura): 1.613,40€ (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 23 da TRU);
- (ii) Recursos humanos com nível de qualificação 7 (mestrado): 2.025,35€ (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 31 da TRU);
- (iii) Recursos humanos com nível de qualificação 8 (doutoramento) ou detentores do título de especialista, atribuído nos termos do Decreto-lei nº 206/2009, de 31 de agosto: 3.209,67€ (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 54 da TRU).

Para recursos humanos com nível de qualificação 8 ou detentores do título de especialista que apresentem um CV com especial relevância para as atividades a desenvolver pelo CoLab poderá a Autoridade de Gestão aceitar que seja ultrapassado o valor previsto na alínea iii) até ao limite máximo de mais 60%.

Além do salário base são ainda elegíveis os respetivos encargos sociais obrigatórios (despesas com segurança social e seguro de acidentes de trabalho).

Considera-se salário base: o conjunto de todas as remunerações de carácter certo e permanente sujeitas a tributação fiscal e declaradas para efeitos de proteção social do trabalhador. Consideram-se elegíveis os subsídios de férias e de natal (devendo a sua determinação ser feita nos termos do enquadramento legal aplicável).

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o período de elegibilidade das despesas está compreendido entre os 60 dias úteis anteriores à data de apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação, que constituem a data limite para a apresentação do saldo final.

7.2. Despesas não elegíveis

Além das despesas não elegíveis ao FSE, nos termos do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, no âmbito do presente Convite, não são aceites contribuições em espécie, como forma de realização da contrapartida nacional correspondente à contribuição privada da operação subjacente a cada candidatura.

Não são igualmente elegíveis as despesas com Recursos Humanos que detenham outras formas de vínculo com a entidade beneficiária que não revista a figura de contrato individual de trabalho, como por exemplo membro colaborador do CoLAB ou membro de equipa de instituição participante.

8. Critérios de seleção das candidaturas

Consideram-se passíveis de seleção e hierarquização as candidaturas consideradas elegíveis, ou seja, que cumpram os requisitos estabelecidos no presente Convite, em matéria de enquadramento e elegibilidade do beneficiário e do projeto.

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP) determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção, através da seguinte fórmula:

$$MP = 0,50 A + 0,50 B$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto.

O **Referencial de Análise do Mérito do Projeto** é disponibilizado no **Anexo A** do presente Convite.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e passíveis de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00, não podendo nenhum dos critérios ter pontuação inferior a 3,00.

A seleção dos projetos a apoiar é efetuada até ao limite orçamental definido no Convite, sem prejuízo da possibilidade de reforço de dotação pela respetiva Autoridade de Gestão.

9. Duração dos projetos

A duração máxima dos projetos é de 36 meses.

O início do projeto é aferido por referência à data de assinatura do primeiro contrato de trabalho com os recursos humanos altamente qualificados objeto dos apoios.

A duração dos projetos não é prorrogável, exceto no caso de desfasamento das datas de celebração de contratos com vários colaboradores ou em caso de necessidade de substituição de colaboradores, desde que não seja ultrapassada a duração máxima fixada para esta tipologia de projetos (36 meses).

10. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Os apoios a conceder no âmbito deste convite são calculados através da aplicação às despesas consideradas elegíveis de uma taxa de cofinanciamento comunitário, de 50%, no caso de projetos de investimentos localizados na região NUTS II Lisboa.

O cofinanciamento comunitário é complementado pela contribuição nacional assegurada por dotações do OSS ou pela entidade beneficiária quando se trate de entidades previstas no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

Para além do estabelecido no número anterior, devem as entidades candidatas, por forma a poderem beneficiar da taxa de apoio prevista, assegurar que o incentivo concedido não se enquadra no regime de auxílios de Estado, nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.

11. Forma, limites e pagamento dos apoios

11.1 Forma dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do presente Convite revestem a forma de incentivo não reembolsável, na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, também designada por custos reais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do RG FEEI.

11.2 Limites e pagamento dos apoios

O pagamento do incentivo à contratação de RHAQ é feito nos termos dos números 6 e 7 do artigo 25.º do RG FEEI, com os limites por CoLab constantes do Anexo C ao presente Convite:

- a) O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, logo que a operação se inicia, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil;
- b) Os pedidos de reembolso de despesas (efetuadas e pagas pelo beneficiário) são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no portal do Portugal 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação;

- c) No caso de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior;
- d) A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido. Este prazo suspende-se quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, a confirmação de cópias de documentos através dos respetivos originais ou o envio de documentos ou esclarecimentos adicionais, relativos ao pedido de reembolso em análise;
- e) O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total de incentivo aprovado;
- f) O pedido de pagamento de saldo final (referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo) deve ser apresentado através de plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação.

A subvenção final apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização foram cumpridas, conforme discriminado no ponto 16 do presente Convite.

12. Procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que pretenda candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação / submissão.

Ao abrigo do presente Convite a apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação por um período máximo de 6 meses e um dia, em regime contínuo.

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os documentos seguidamente indicados:

- a) Plano de inserção dos recursos humanos altamente qualificados no plano de atividades aprovado para o CoLab, especificando, designadamente: as estratégias de inovação, a identificação da necessidade e do número de recursos humanos altamente qualificados a integrar, bem como a adequabilidade do perfil ou perfis às aludidas estratégias, justificando o alinhamento com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e outras condições específicas identificadas no **Anexo B**;
- b) Demonstração do enquadramento no objetivo específico da prioridade de investimento 8.5 referido no ponto 1 do Convite “Reforço das competências de I&D&I e a valorização internacional das PME, por meio da contratação de recursos humanos altamente qualificados, incluindo:
 - (i) identificação objetiva dos resultados esperados das atividades a desenvolver pelo CoLAB, nomeadamente nas atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios societais;
 - (ii) informação sobre o impacto previsto na competitividade do tecido produtivo da região, nomeadamente no que diz respeito à I&D&I e à intensificação tecnológica;
 - (iii) informação sobre as parcerias existentes entre os membros do CoLAB, a nível da agenda de investigação e respetivos resultados em termos de produtos e/ou serviços, bem como de eventuais outras parcerias com entidades terceiras, no âmbito do Programa Interface, destacando o contributo do projeto no reforço dessa colaboração.

13. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do RG FEEI de que se salientam os pontos seguintes.

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional financiador, para a presente tipologia de projetos previstos neste Convite.

No âmbito do processo de seleção a AG articula com a ANI a emissão de parecer sobre a adequabilidade do perfil dos recursos humanos propostos.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional financiador, no prazo de 40 dias úteis, a contar da data de candidatura.

O prazo de decisão suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentação de eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia acima referida suspende a contagem do prazo fixado de 40 dias úteis para a adoção da decisão.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas no prazo de 30 dias úteis a contar da data limite para apresentação das alegações contrárias (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão final é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, a qual é submetida eletronicamente e autenticada, nos termos do artigo 11.º RG FEEI.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do RG FEEI, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

15. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do FSE afeta ao presente concurso é de 5.580.000 euros (cinco milhões, quinhentos e oitenta mil euros) para cofinanciamento da despesa elegível total máxima por CoLAB indicada no Anexo C.

16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

Prosseguindo a orientação para resultados, os projetos a apoiar devem contribuir para os indicadores de realização e de resultados do Programa Operacional financiador.

A quantificação dos indicadores de realização e de resultado é efetuada pela entidade beneficiária candidata em sede de apresentação da candidatura, sendo objeto de ponderação no âmbito do processo de seleção estabelecido no presente Convite e do processo de monitorização durante a fase de execução do projeto.

16.1 Indicador de realização

Para efeitos de aferição do grau realização do projeto é utilizado o seguinte indicador:

- “*Pessoal altamente qualificado contratado (nº)*” (aferido pelo n.º de contratações realizadas no âmbito do projeto).

16.2 Indicador de resultado

A aferição dos resultados do projeto é efetuada através do seguinte indicador:

- “Pessoal altamente qualificado contratado que se encontra empregado seis meses após o apoio” (aferido através da relação entre o n.º RHAQ contratados no âmbito do projeto e o n.º dos que se encontram empregados, seis meses após a conclusão da operação, entendido como o último mês de contratação elegível (%)).

17. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários

O incumprimento das obrigações do Beneficiário, incluindo os objetivos contratados, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do incentivo, podem determinar a redução do incentivo ou a revogação da decisão artigo 23.º do RG FEEI.

18. Programas Operacionais financiadores

O financiamento dos projetos no âmbito do presente Convite é assegurado pelo Programa Operacional que abrange a área territorial do projeto.

19. Informação e pontos de contacto

Informações adicionais ou esclarecimentos podem ser obtidos:

- d) No portal **Portugal 2020** (www.portugal2020.pt):
- a) Convite e documentação anexa
 - b) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora, formulário de candidatura e respetivo guia de apoio ao seu preenchimento;

- c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso relativas ao Balcão 2020 (ex.: registo de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de registo e submissão das candidaturas), através do menu “Contacte-nos”;
 - d) Resultados do concurso.
- e) Nos **website dos Programas Operacionais**:
- a) Informações de enquadramento geral;
 - b) Convite e documentação anexa; Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas

Presidente Comissão Diretiva do PO Regional de Lisboa

João Pereira Teixeira

14 de dezembro de 2018

Anexo A | Referencial de mérito

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP), determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção para a tipologia de projetos “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ)”, aprovados pelos Comitês de Acompanhamento dos PO Regionais do Continente.

Os critérios de seleção para a tipologia de projetos Contratação de RHAQ correspondem a dois domínios de avaliação (a qualidade do projeto e o seu impacto na competitividade da entidade e da região de localização):

- **A. Qualidade do projeto**
- **B. Impacto do projeto**

O Mérito do Projeto (MP) corresponde à média ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção, arredondada às centésimas e calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = 0,50 A + 0,50 B$$

Cada critério (e subcritério) é pontuado numa escala compreendida num intervalo contínuo de 1 a 5, de acordo com a metodologia e referenciais abaixo indicados, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para que possa ser elegível, o projeto tem que obter uma pontuação mínima de 3,00 pontos em cada critério A e B.

A. Qualidade do Projeto

Neste critério procura-se avaliar se a estratégia de inovação da entidade se traduz num reforço de capacidade e de organização orientados numa lógica de mercado global e assente na intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/ serviços a disponibilizar e se a estrutura do programa de recursos humanos altamente qualificados (existentes e a contratar) é pertinente e adequada face a essa estratégia e aos objetivos visados.

Esta aferição é efetuada através dos seguintes subcritérios:

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

$$A = 0,55 A1 + 0,45 A2$$

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

Neste subcritério é avaliada a coerência e racionalidade da estrutura do projeto, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- a) A estratégia de inovação traduz-se num reforço de capacidade e de organização orientados para a valorização do conhecimento ou posicionamento na cadeia de valor assente nos vetores competitivos Inovação e I&D;
- b) Os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade;
- c) A necessidade e grau de pertinência da contratação de RHAQ para a concretização da estratégia de inovação subjacente ao projeto e tendo em conta os recursos humanos existentes.

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Subcritério A1		
	Valoração	Pontuação
Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação definida	O programa de inserção de recursos humanos a contratar demonstra que é coerente, cobrindo de forma satisfatória todas as alíneas a), b) e c), as quais estão explicitadas de forma clara	5
	O programa de inserção de recursos humanos a contratar não demonstra de forma clara a total coerência com a estratégia de inovação e os objetivos a alcançar, nem explicita de forma clara alguns dos aspetos previstos nas alíneas a), b) e c)	3
	O programa de inserção dos recursos humanos a contratar revela incoerências entre objetivos, recursos afetos e impactos, sendo vago na resposta à maioria das alíneas a), b) e c)	1

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

Neste subcritério é avaliada a adequação do perfil dos RHAQ a contratar, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- a) O perfil dos RHAQ a contratar é adequado às necessidades refletidas na estratégia
- b) E permite aumentar o potencial de conhecimento e inovação da (aferido pela correspondente Taxa de Enquadramento)

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela e com a EREI:

Subcritério A2		
		Pontuação
O perfil dos recursos humanos a contratar é adequado à estratégia de inovação definida pela entidade e é determinante para os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/ serviços.	Forte	5
	Média	3
	Reduzida	2

Nos projetos onde pelo menos um dos recursos humanos a contratar seja “doutorado ou pós-doutorado” oriundo de entidades do sistema científico e tecnológico localizadas na região NUTS II” do POR financiador:

- a) a pontuação do subcritério A2 resultante da aplicação da tabela é majorada com um ponto adicional;
- b) A pontuação máxima do subcritério A2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

B. Impacto do projeto

Neste critério procura-se avaliar o potencial impacto do projeto para a competitividade regional, sendo aferido através dos seguintes subcritérios:

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)**B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional financiador**

$$B = 0,60 B1 + 0,40 B2$$

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)

Este subcritério pretende aferir se o projeto contribui para o aumento da especialização da respetiva região NUTS II nos domínios considerados prioritários no âmbito da correspondente Estratégia Regional de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3), sendo a avaliação efetuada através das matrizes específicas para cada região NUTS II que constam do Apêndice 1.

Subcritério B1		
		Pontuação
Grau de alinhamento com os Domínios de Especialização da RIS3 Lisboa	Alto	5
	Médio	4
	Baixo	3

Cabe ao promotor justificar, de forma inequívoca, o grau de alinhamento dos projetos com a RIS3 do POR financiador.

B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional

Neste subcritério procura-se avaliar o contributo do projeto para o alcance dos indicadores de resultado e de realização do Programa Operacional financiador, salvaguardando que, 6 meses após a conclusão do projeto, a Taxa de Enquadramento [Taxa de Emprego Altamente

Qualificado (Tx. EAQ)^{1]} se mantém ou aumenta, privilegiando-se o nível de criação líquida de postos de trabalho assegurados.

A pontuação será determinada de acordo com a seguinte tabela:

Variação (medida em pontos percentuais) do Pré-projeto até 6 meses após a conclusão do projeto	Tx. EAQ pré-projeto		
	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Indústria e Turismo	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Outros Setores	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Diminuição da Tx. EAQ	1	1	1
Manutenção da Tx. EAQ	1	1,5	2
0 <Tx. EAQ ≤ 10 p.p.²	1,5	2	2
10 <Tx. EAQ <20 p.p.	2	3	4
Tx. EAQ ≥20 p.p.	3	4	5

Para projetos sem dados pré-projeto, aplica-se a seguinte tabela:

Situação 6 meses após a conclusão do projeto	Pontuação
Tx. EAQ <10%	1
10% ≤ Tx. EAQ <15%	3
Tx. EAQ ≥ 15%	5

¹ A Tx. EAQ corresponde ao número médio de trabalhadores com nível de qualificação igual ou superior a 6 sobre o número total de trabalhadores

² p.p. = pontos percentuais

Majoração correspondente ao nível de qualificação dos RHAQ contratado:

Nível de qualificação dos RHAQ contratados	Majoração
Contratado 1 RH altamente qualificado	Sem majoração
Contratados entre 2 e 4 RH altamente qualificados Ou Contratado 1 RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,5
Contratados 5 ou mais RH altamente qualificados Ou Contratados 2 ou mais RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,75

A pontuação máxima do subcritério B2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

Anexo B | Domínios Prioritários da Estratégia Regional de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3)

A RIS 3 da Região NUTS II Lisboa “Especialização Inteligente de Lisboa” está disponível no website do PO Regional - Lisboa 2020: [RIS3 LISBOA](#)

Domínios de Especialização	Domínios Prioritários
Investigação, Tecnologias e Serviços de Saúde	Formação
	Investigação
	Indústria
	Serviços
	Transformação de Conhecimento
Conhecimento, Prospeção e Valorização de Recursos Marinhos	Conhecimento e Transformação de Conhecimento
	Recursos Marinhos e a Fileira da Alimentação de Origem Marinha
	Novos usos e recursos do mar
	Biotecnologia marinha
	Domínio Transversal - Criação de um Centro Tecnológico do Mar
Turismo e Hospitalidade	Parcerias
	Produto Turístico
	Condições de Suporte
Mobilidade e Transportes	Apoiar o desenvolvimento e teste de soluções inovadoras
	Aeronáutica, Espaço e Defesa
	Áreas de suporte
	Tecnologias
Meios Criativos e Indústrias Culturais	Formação
	Laboratório da produção cultural
	Valorização económica da produção cultural
Seviços Avançados às Empresas	

Anexo C | Lista de CoLab e respetivos limites de investimento

Acrónimo CoLAB	Designação CoLAB (PT)	Sede	Limite Máximo de financiamento (despesa elegível total)
MORE	Montanhas de Investigação	Bragança	2,64
CoLAB Vinha e Vinho	Vinha e Vinhos Portugueses, competitividade e sustentabilidade	Vila real	0,84
DTx	CoLab Transformação Digital - Experienciar o Futuro	Guimarães	4,44
ForestWISE	Laboratório Colaborativo para Gestão Integrada da Floresta e do Fogo	Vila Real	2,64
CoLAB Atlântico	Laboratório Colaborativo para o Atlântico	Peniche	4,44
GreenCoLAB	Laboratório Colaborativo de Tecnologias e Produtos Verdes de Oceano	Faro	1,08
CoLABOR	Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	Lisboa	1,38
AlmaScience/Colab	Celulose para aplicações inteligentes e sustentáveis	Almada	3,00
ProBiorefinery	Investigação e Inovação em Biorrefinarias	Norte	2,10
CemLab	Sustainable Construction Materials	Coimbra	5,16
Value4Health.CoLAB	Portuguese Value-Based Healthcare CoLAB	Lisboa	0,90
eCOLab	Laboratório Colaborativo para a Economia Circular	Oliveira do Hospital	2,70
SFCoLAB	Smart Farm CoLAB	Torres Vedras	1,44
NET4CO2	Rede para uma Economia Sustentável de CO2	Porto	0,99
ProChild	ProChild CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social	Guimarães	1,95
InnovPlantProtect	Soluções inovadoras de base biológica para protecção de culturas	Elvas	2,88
S2uL	Laboratório Colaborativo para a Sustentabilidade Urbana	Matosinhos	4,20
CoLab4Food	Laboratório Colaborativo para Inovação na Indústria Alimentar	Norte	1,50
B2E	Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul	Porto	0,96
VectorB2B	VectorB2B	Lisboa	2,52
VORTEX	COLAB em Sistemas Cyber-fiscios e Cyber Segurança	Vila Nova de Gaia	1,56
		TOTAL	49,32